



## **Ata da reunião extraordinária de 4 de agosto de 2014 da Junta de Freguesia da Vila de Capelas**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Capelas e na sala para este fim destinada, reuniu, em sessão extraordinária, a Junta de Freguesia de Capelas sob a Presidência de Rui Alexandre Barbosa de Sousa, com os vogais Norberto Manuel Rodrigues da Costa (Secretário) e Carla Alexandra Melo Reis (Tesoureira).

O Senhor Presidente saudou os membros do Órgão Executivo e agradeceu a sua presença na reunião, declarando de seguida aberta a reunião às vinte e uma horas.

### **ORDEM DO DIA**

#### **PONTO 1 – DECISÃO DE APRESENTAR CANDIDATURA AO PRORURAL PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA DE NOVE LUGARES, NO ÂMBITO DO PROJETO DESIGNADO POR “APOIO NO TRANSPORTE DA COMUNIDADE DE CAPELAS”**

Tendo em conta a necessidade de aquisição de uma viatura de nove lugares para o transporte de crianças, jovens e idosos para a realização de diversas atividades na Vila de Capelas, a Junta de Freguesia deliberou, por unanimidade, apresentar uma candidatura no âmbito do PRORURAL, com a criação do projeto “*Apoio no Transporte da Comunidade de Capelas*”.

#### **PONTO 2 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA DE NOVE LUGARES**

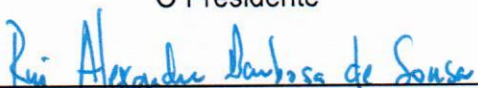
Considerando que esta necessidade só pode ser suprimida com a abertura do presente procedimento, a Junta de Freguesia deliberou, por unanimidade, autorizar o procedimento de Ajuste Direto para a celebração do futuro contrato de “*Aquisição de uma viatura de nove lugares*”, no valor estimado de 35.000,00 € (trinta e cinco mil euros), com o convite a três empresas:

- a) Antero Rego – Concessionário Auto Ilha Verde, Lda.;
- b) Auto Açoreana de Rui & Gastão, Lda.;
- c) Mont’Alverne & Ca., S.A..


Mais deliberou a Junta de Freguesia aprovar as respetivas peças do procedimento em anexo, fazendo parte integrante da presente ata.

Não havendo outros assuntos agendados e a tratar, e sendo vinte e uma horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual, e para constar, lavrou-se a presente ata nos termos do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que por mim, Norberto Manuel Rodrigues da Costa, foi secretariada e que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros deste Executivo.

O Presidente

  
\_\_\_\_\_  
(Rui Alexandre Barbosa de Sousa)

O Secretário

  
\_\_\_\_\_  
(Norberto Manuel Rodrigues da Costa)

A Tesoureira

  
\_\_\_\_\_  
(Carla Alexandra Melo Reis)





Designação e morada da entidade a convidar

**Sua Referência**

**Sua Comunicação**

**Nossa Referência**


xxx/14

**Data**

xx.xx.2014

**ASSUNTO: Convite para apresentação de proposta no âmbito do Procedimento de Ajuste Direto para a aquisição de Viatura de 9 lugares**

1. A Junta de Freguesia da Vila de Capelas, com sede na Rua Nossa Senhora da Apresentação n.º 3, pessoa coletiva n.º 512023271 com o telefone 296298194 convida V/ Exa a apresentar proposta no âmbito do ajuste direto em epígrafe identificado, de acordo com o Caderno de Encargos, em anexo.
2. Informa-se que:
  - a) A decisão de contratar foi tomada em reunião de Junta de Freguesia do passado dia 4 de agosto de 2014;
  - b) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência da Junta de Freguesia e deverão ser dirigidos por escrito para o endereço da sede, dentro do prazo previsto para o efeito no Código dos Contratos Públicos.
3. A proposta deve ser acompanhada pelos documentos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 57.º, do CCP e deve ainda obedecer ao disposto no n.º 4 da citada disposição legal.
4. Todos os documentos apresentados têm de ser redigidos em português, sem prejuízo dos manuais técnicos de equipamentos, que poderão ser apresentados em inglês, com tradução em português.
5. Nos termos do artigo 32.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto, os documentos que constituem a proposta são apresentados em suporte de papel.
6. A proposta deve ser apresentada até às 17 horas do dia **xx de xxxx de 2014**, nas instalações da Junta de Freguesia ou remetida através de correio mediante carta registada com aviso de receção.
7. A adjudicação será feita à proposta que apresente o preço mais baixo. Em caso de empate a adjudicação recairá sobre a proposta que tiver sido apresentada mais cedo.



8. Documentos que constituem a proposta.  
As propostas devem ser instruídas pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP;
  - b) Proposta preço, devidamente discriminada com o preço base, ISV e IVA;
  - c) Catálogo e características técnicas da Viatura.
9. Para efeitos de habilitação o adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias, a contar da decisão de adjudicação o documento referido no n.º 2 do artigo 126.º do Código dos Contratos Públicos.
10. Caso a entidade adjudicante detete alguma irregularidade no documento referido no número anterior o adjudicatário deverá suprir a mesma no prazo de 8 dias a contar da notificação realizada para o efeito.
11. As propostas não serão objeto de Negociação.
12. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Com os nossos melhores cumprimentos,

O Presidente da Junta de Freguesia

Rui Alexandre Barbosa de Sousa



## **ANEXO I**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

#### **Capítulo I**

##### **Disposições gerais**

###### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

###### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas na sequência do procedimento que tem por objeto principal a aquisição de uma viatura de 9 lugares, para o transporte de crianças, jovens e idosos para a realização de diversas atividades.

###### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

###### **Preço Base**

O preço base da proposta é de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros).

###### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

###### **Contrato**

Fica dispensada a redução do contrato a escrito, nos termos previstos na alínea a) do ponto 1 do art.º 7.º do DLR n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto.

#### **Capítulo II**

##### **Obrigações contratuais**

###### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

###### **Caução**

Não é exigida a apresentação de caução, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.



### Capítulo III

#### **Resolução de litígios**

##### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

##### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de encargos, aplicar-se-á o disposto na legislação portuguesa.



## ANEXO II

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro)

1 — ....., BI nº ....., residente em ....., na qualidade de representante legal de (1) ....., pessoa coletiva n.º ....., com sede em ....., tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **AQUISIÇÃO DE VIATURA DE 9 LUGARES**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) Proposta

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:


a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);





- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
  - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.





6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Ponta Delgada, ... de ..... de 2014

.....[assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.



- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º